

CONTRA O URBANISMO INÓSPITO. DESCONSTRUINDO O PORTO MARAVILHA

Ester Limonad 

Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Brasil

ester_limonad@yahoo.com

Contra o Urbanismo Inóspito, desconstruindo o Porto Maravilha (Resumo)

Interessa-nos aqui definir o caráter do urbanismo inóspito, que surgiu em vários lugares nos tempos contemporâneos como resultado do aprofundamento da produção neoliberal do espaço. Apontar possibilidades e formas de resistência para neutralizá-lo e desconstruí-lo através de ações e atividades planejadas ou não capazes de contribuir para o resgate da urbanidade, da sociabilidade e do direito à cidade. Destarte, primeiro são abordadas suas características, seus instrumentos e suas mediações. Em seguida, o projeto de reabilitação urbana Porto Maravilha do Rio de Janeiro é abordado e tomado como referência para apontar as características e implicações socioespaciais deste urbanismo inóspito e o papel da neoliberalização na desumanização do espaço social. Após desenhar uma imagem distópica do espaço abstrato da capital, é apresentado um conjunto de ações transformadoras alternativas, em particular aquelas com potencial para combater a desumanização do espaço social, como práticas de urbanismo tático e de guerrilha, que englobam um amplo conjunto de ações em várias cidades do mundo.

Palavras-chave: Urbanismo Inóspito; Porto Maravilha; Urbanismo tático e de guerrilha.

Contra el Urbanismo Inhóspito, deconstruyendo el Porto Maravilha (Resumen)

Lo que más nos interesa aquí es definir el carácter del urbanismo inhóspito, que ha aflorado en varios lugares en la época contemporánea como resultado de la profundización de la producción neoliberal del espacio. Asimismo, señalaremos las posibilidades y formas de resistencia para contrarrestarlo y deconstruirlo a través de acciones y actividades tanto planificadas como no planificadas que puedan contribuir al rescate de la urbanidad, la sociabilidad y el derecho a la ciudad. Por ello, primero identificamos sus características, instrumentos y mediaciones. A continuación, se aborda el proyecto de rehabilitación urbana Porto Maravilha en Río de Janeiro, tomándolo como referencia para señalar las características e implicaciones socio-espaciales de este urbanismo inhóspito, y el papel de la neoliberalización en la deshumanización del espacio social. Después de dibujar esa imagen distópica del espacio abstracto de la capital, se presenta un conjunto de acciones transformadoras alternativas, en particular las que tienen el potencial de contrarrestar la deshumanización del espacio social, como prácticas de urbanismo tático y de guerrilla, que abarcan un amplio conjunto de acciones realizadas en varias ciudades del mundo.

Palabras clave: Urbanismo Inhóspito; Porto Maravilha; Urbanismo tático y de guerrilla.

Contra l'Urbanisme inhòspit, deconstruint el Porto Maravilha (Resum)

El que ens interessa aquí és definir el caràcter de l'urbanisme inhòspit, que ha aflorat a diversos indrets a l'època contemporània com a conseqüència de l'aprofundiment de la producció neoliberal de l'espai. Així mateix, assenyalarem les possibilitats i les formes de resistència per contrarestar-lo i deconstruir-lo a través d'accions i activitats tant planificades com no planificades que puguin contribuir al rescat de la urbanitat, la sociabilitat i el dret a la ciutat. Per això, primer n'identifiquem les característiques, els instruments i mediacions. A continuació, s'aborda el projecte de rehabilitació urbana de Porto Maravilha a Rio de Janeiro, prenent-ho com a referència per assenyalar les característiques i implicacions socioespacials d'aquest urbanisme inhòspit i el paper de la neoliberalització en la deshumanització de l'espai social. Després de dibuixar aquesta imatge distòpica de l'espai abstracte de la capital, es presenta un conjunt d'accions transformadores alternatives, en particular les que tenen el potencial de contrarestar la deshumanització de l'espai social, com a pràctiques d'urbanisme tàctic i de guerrilla, que abasten un ampli conjunt d'accions realitzades a diverses ciutats del món.

Paraules clau: Urbanisme Inhòspit; Porto Maravilha; Urbanisme tàctic i de guerrilla.

Against Inhospitable Urbanism, deconstructing Porto Maravilha (Abstract)

Our main subject here is to define the character of inhospitable urbanism, which has emerged in several places in contemporary times as a result of the deepening of neoliberal production of space. And also, to point out possibilities and forms of resistance to counteract it and deconstruct it through planned or unplanned actions and activities that may contribute to the rescue of urbanity, sociability, and the right to the city. Hence, we first identify its features, instruments, and mediations. Then, Rio de Janeiro's Porto Maravilha urban rehabilitation project is approached and taken as an object of reference to point out the characteristics and socio-spatial implications of this inhospitable urbanism and the role of neoliberalization in the dehumanization of social space. After drawing such a dystopic image of the capital's abstract space, a set of alternate transforming actions is presented, in particular those with the potential to counteract social space dehumanization, as guerrilla and tactical urbanism practices, which encompass a large ensemble of actions carried out in several cities around the world.

Keywords: Inhospitable Urbanism; Porto Maravilha; Tactical urbanismo; Guerrilla urbanism.

Introdução

Tecemos aqui algumas considerações sobre o urbanismo inóspito, termo que cunhamos para designar a difusão da retração dos espaços públicos frente a grandes intervenções de renovação urbana de caráter neoliberal em espaços ditos degradados, dos quais o Porto Maravilha¹ constituiria um exemplo paradigmático. Espaços públicos, entendidos aqui, como espaços abertos e acessíveis a todos, independente da condição social, da raça, cor e gênero, em suma, sem exigências ou requisitos para o seu usufruto. Muito embora, sempre há de existir algum controle e limitação, por parte da sociedade e dos poderes instituídos, com relação ao uso e usufruto dos espaços e bens públicos.

¹ A Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou a operação urbana consorciada Porto Maravilha (Lei Municipal Complementar n. 101 de 23/11/2009) e, através da Lei Municipal Complementar n.102 de 23/11/2009, instituiu a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto (CDURP) e definiu a emissão de títulos públicos (Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC) para financiar as obras. Em 2011, todos títulos foram adquiridos em lote único pelo Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FIIPM), gerido pela Caixa Econômica Federal, em uma transação de R\$ 3,5 bilhões junto com o repasse de cerca de 45 hectares de terrenos públicos. Esse Fundo ficou responsável pelos pagamentos para a realização das obras e prestação de serviços pela Concessionária Porto Novo, sociedade constituída pelas grandes empreiteiras Odebrecht, OAS e Carioca, em um montante de R\$ 6,5 bilhões, até 2026.

Na contemporaneidade global, a novidade em si não estaria nesses projetos, que remontam ao plano do barão Haussmann para Paris, no século XIX. Nem na escala de intervenção, mas no caráter inóspito dos espaços públicos criados. Evidência clara de que as práticas urbanísticas não teriam escapado das forças da globalização neoliberal. Aparentemente, a transferência do ônus de manutenção de espaços públicos pelas prefeituras para a iniciativa privada² somado a iniciativas para tornar as cidades mais seguras, teriam ultrapassado seu propósito inicial, com diversas municipalidades voltando-se mais para atender aos interesses comerciais e empresariais do que às necessidades dos cidadãos.

Designamos, assim, de urbanismo inóspito os espaços públicos que assumem um caráter seletivo, à medida em que não contemplam a urbanidade, a sociabilidade. São espaços públicos produzidos com o fim de atender a segurança pública e social, equipados com circuitos de vídeo-vigilância, que contam com desníveis, muros e cercas ao seu redor, dotados de segurança policial ostensiva, de modo a afastar e impedir sua ocupação por indivíduos reputados como indesejáveis, em que se incluem os pobres, favelados, sem-teto e mendigos³. Esses são espaços públicos dissociados das narrativas da democracia, da cidadania e do desenvolvimento social, que conformam um espaço vigiado, controlado, comercial e não-público⁴.

Por conseguinte, na perspectiva de pensar uma outra cidade⁵, uma outra sociedade⁶, interessamos definir o caráter desse urbanismo inóspito com o propósito de encontrar formas e meios de resistência, para desconstruí-lo e neutralizá-lo e neutralizá-lo, na perspectiva de resgatar a sociabilidade, a urbanidade e o direito à cidade, para fazer frente aos avanços desse urbanismo inóspito. Destarte, de início, são abordadas suas características, seus instrumentos e suas mediações. Em seguida, o projeto de reabilitação urbana Porto Maravilha do Rio de Janeiro é abordado e tomado como referência para apontar as características e implicações socioespaciais deste urbanismo inóspito e o papel da neoliberalização na desumanização do espaço social. Após desenhar uma imagem distópica do espaço abstrato da capital, busca-se traçar algumas possibilidades de resistência no âmbito da vivência cotidiana com um breve apanhado de ações transformadoras alternativas com potencial para combater a desumanização do espaço social. Em especial, são destacadas algumas práticas de urbanismo tático e de guerrilha, que englobam ações e atividades planejadas ou não-planejadas e capazes de contribuir para o resgate da urbanidade, da sociabilidade e do direito à cidade.

Urbanismo Inóspito

O espaço público do Porto Maravilha serve-nos de epitome ao urbanismo inóspito por não acolher a apropriação social, a simultaneidade, a diversidade e heterogeneidade, que fazem do urbano um espaço de encontro, lugar da festa, uma qualidade feita de quantidades⁷. Urbanismo inóspito por oferecer uma cidade-objeto, composta de lugares-mercadoria a serem consumidos, subsumindo o valor de uso social e a produção pretérita de significados da cidade enquanto obra. Urbanismo inóspito por não se preocupar em promover um espaço acolhedor⁸. Adotamos,

² Silva, Maciel, 2021, Sanfelici, 2021.

³ Davis, 2009, Madden, 2010.

⁴ Madden, 2010.

⁵ Capel, 2016.

⁶ Lefebvre, 1991.

⁷ Lefebvre, 1969, 1991.

⁸ Tuan, 1983.

portanto, esse termo para designar os projetos urbanísticos em que a sociabilidade, o sentido de identidade social e as possibilidades de apropriação social do espaço público não compõem. Prática que têm se acentuado com a neoliberalização do espaço social⁹.

O urbanismo inóspito tem por característica criar espaços públicos direcionados a grupos sociais selecionados, com o objetivo de proporcionar-lhes um ambiente confortável, limpo e seguro, de modo a estimular o consumo suntuário e seletivo¹⁰. Logo, não seria consequência de uma falta de previsão, de projetos urbanísticos mal elaborados, ou de um desenho urbano malfeito, mas de estratégias bem delineadas, que se valem de artifícios e iniciativas preocupadas em depurar e limitar o campo social da cidade. Para tanto, esse urbanismo inóspito adota artefatos de design hostil¹¹ e de arquitetura defensiva¹², com isso contribui para endurecer as fronteiras sociais e inviabilizar o uso e consumo dos espaços públicos reabilitados por grupos sociais reputados como incômodos, eliminando a diversidade social característica dos espaços públicos.

O design hostil corresponde a concepção de artefatos com a finalidade de excluir, impedir e obstaculizar a apropriação social alternativa do espaço construído ou, ainda, alijar e remover certos grupos e práticas sociais do espaço público¹³. A arquitetura defensiva incorpora elementos de design hostil e realiza alterações, por vezes sutis, em edifícios e no espaço público, concebidas para desencorajar possibilidades alternativas diversas de apropriação social desses espaços¹⁴. Entre suas iniciativas contam-se o gradeamento de praças e parques públicos, o uso de rochas e de elementos pontiagudos em muros, marquises e locais abrigados de intempéries para impedir sua ocupação por sem-teto e mendigos, a que se somam bancos divididos com obstáculos, calçadas com desníveis, entre tantos outros artifícios.

Arquitetura defensiva e design hostil são denominações aplicáveis aos edifícios, à esculturas e ao mobiliário urbano, mas o que dizer de extensos espaços amplos, onde não se encontra abrigo da luz do sol, da chuva, das intempéries, nem lugares para sentar, conversar, interagir, beber água ou mesmo satisfazer necessidades primárias básicas, como sanitários? Tais artifícios segregadores existem há tempos, e soem ser adotados aqui e ali de forma isolada, em diferentes lugares, como forma de prevenção ao crime e para manutenção das edificações.

O fato inédito, agora é a sua agregação espacial em larga escala em amplos espaços públicos, limpos, seguros, mas inóspitos. Usualmente, tais artefatos e edificações, quando vistos isoladamente, apresentam um desenho aparentemente agradável e inócuo. Porém, sua agregação e uso conjunto conformam aquilo que designamos de urbanismo inóspito, defensivo e agressivo para aqueles que desejem usufruí-lo de outras maneiras.

Para alcançar seus objetivos o urbanismo inóspito povoa os espaços públicos com construções defensivas e artefatos hostis, que deixam uma mensagem evidente àqueles a quem se dirige, mas que muitos não percebem, qual seja: “você não é bem-vindo aqui”.

⁹ Carlos, Volochko, Alvarez, 2019.

¹⁰ Limonad, Barbosa, 2017.

¹¹ Andreou, 2015, Chellew, 2016, 2019, Morton, 2016.

¹² De Fine Licht, 2017, Hu, 2019, Maxwell, 2014, Quinn, 2014, Schindler, S. 2015, Souza e Pereira, 2018, Swain, 2013, Wallace, 2018

¹³ Andreou, 2015, Chellew, 2016, 2019, Morton, 2016

¹⁴ De Fine Licht, 2017, Hu, 2019, Maxwell, 2014, Quinn, 2014, Schindler, S. 2015, Smith e Walters, 2018, Souza e Pereira, 2018, Swain, 2013, Wallace, 2018

Entendemos, portanto, o urbanismo inóspito como um fruto da crescente restrição ao direito à cidade, em especial nos espaços públicos. Restrição essa alcançada através do aumento do controle e da privatização do espaço urbano, com a exclusão dos pobres, dos sem-teto, e das minorias¹⁵.

O urbanismo inóspito, a arquitetura defensiva e o design hostil contribuem, assim, para um controle estrito dos espaços públicos. O acesso, uso e a apropriação social desses espaços passam a ser mediados pelo capital e pelo Estado, que ao promover e implementar sua renovação, estabelecem limites tanto físicos como sociais. E isso ocorre graças a artifícios simples, como a não disponibilização e distribuição espacial de bancos e de sanitários públicos. Conforme Mike Davis (2009) a opção por banheiros quase públicos, situados em centros comerciais e galerias, seria uma forma de desencorajar os vagabundos de permanecerem no centro de Los Angeles. Isso, se verifica em muitas cidades, em vários países. Só podem aceder e usufruir de tais espaços públicos depurados e renovados os que tem capacidade de consumo, junto com os que conseguem adaptar suas práticas cotidianas à lógica do espaço abstrato do capital e do Estado¹⁶. Enquanto, os demais veem-se alijados de seu usufruto.

Esse cerceamento da apropriação social do espaço é viabilizado pela crescente subsunção do espaço social ao valor de troca e aos interesses da propriedade privada¹⁷, que confere aos setores hegemônicos o poder de controlarem o uso e apropriação social desses espaços públicos renovados, tanto através de sua regulação, quanto da definição e utilização de artefatos em aparência inócuos, ao nível das edificações e do mobiliário urbano¹⁸.

E, é neste contexto que cabe ser considerado o Porto Maravilha do Rio de Janeiro, assim como outros grandes projetos de renovação urbana como o modelo Barcelona, o 22@ e outros projetos mais preocupados com o consumo da cidade, do que com os cidadãos¹⁹.

Desconstruindo o Porto Maravilha

O projeto Porto Maravilha se inaugura sob a égide de projetos similares de resgate do *waterfront* com a recuperação de antigas áreas portuárias, como os de Boston, Puerto Madero, Docklands, Rotterdam, entre outros. Sua aprovação pela Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, em 2009, deu forma e corpo a um recorrente discurso oficial de reabilitação do patrimônio histórico e arquitetônico e de revitalização da área central da cidade do Rio de Janeiro, dado o seu potencial de reproduzir os efeitos multiplicadores do investimento. Sua incorporação como parte do legado dos Jogos Olímpicos de 2016, contribuiu para reforçar sua legitimidade e acelerar sua execução. Para Renato Martins (2017) e João Carlos Monteiro (2020), o projeto consistiu em um caso típico de empresariamento urbano²⁰, caracterizado pelo marketing

¹⁵ Doherty et al., 2008; Mitchell, 1995; Mitchell, Staeheli, 2005.

¹⁶ Lefebvre, 1991.

¹⁷ Lefebvre, 1969, 1991.

¹⁸ Madden, 2010.

¹⁹ Desde o modelo Barcelona (Capel, 2005) às intervenções urbanísticas do 22@ no Poble Nou (Mansilla, 2018), da Alameda na Cidade do México (Giglia, 2017), dos Distritos Criativos de Buenos Aires (Sanfelici, 2021) e do Porto Maravilha do Rio de Janeiro (Martins, 2017; Monteiro, 2020), entre muitos outros.

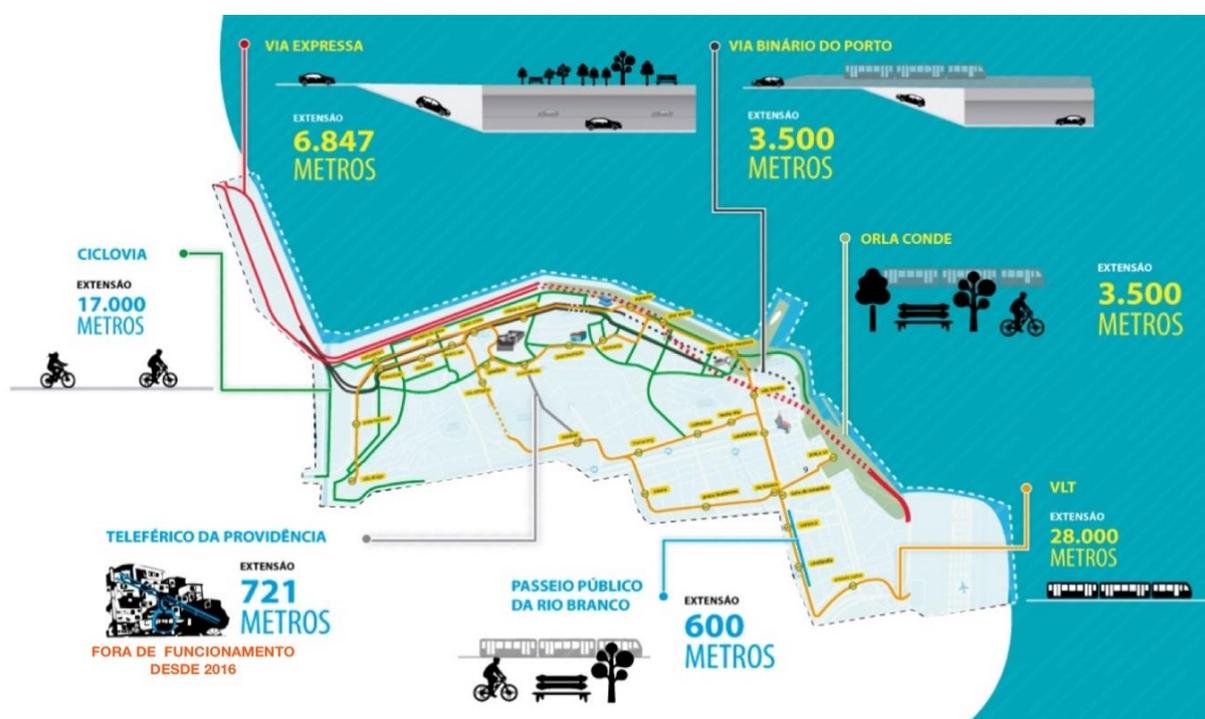
²⁰ Harvey, 1989.

urbano²¹ e pela criação de um ambiente favorável e atraente para os investimentos privados, apoiado por parcerias público-privadas, com investimentos diretos do poder público.

Em 2015 surgiram sérias denúncias de corrupção no financiamento e execução das obras²², Devido a falta de recursos, em 2017, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro teve de assumir o fornecimento dos serviços até então prestados pela Concessionária Porto Novo²³. Em 2020, após um dispêndio de R\$ 8 bilhões, a Caixa Econômica Federal admitiu que a maior parceria público-privada do Brasil era inviável e superdimensionada desde o início²⁴.

A requalificação dos espaços públicos contou com vultosas obras de reurbanização, de paisagismo e de combate ao comércio ambulante. Para criar um ambiente atrativo agradável e reanimar as atividades culturais, comerciais e o mercado imobiliário, foi realizado um vasto conjunto de intervenções viárias, urbanísticas e edíficas em uma extensão de 5 milhões de metros quadrados na antiga área portuária na baía de Guanabara (Figura 1).

Figura 1. Porto Maravilha – Intervenções Estruturais



Fuente: Adaptado de

<<https://portomaravilha.com.br/uploads/tiny/9c581796b6b8820af663c7bd1452bd09.jpg>>.

Entre outras intervenções, como pode-se observar, foram implantados um novo sistema viário rápido (demarcado em vermelho), um sistema de baixa velocidade de veículos leves sobre trilhos (VLT – demarcado em amarelo) e ciclovias (demarcadas em verde).

²¹ “(...) una estrategia de promoción y venta cuyo objeto no es otro que la propia ciudad, mercancía que requiere una adecuada combinación de teorización de las apariencias y de un vocabulario debidamente trufado de invocaciones a los valores abstractos del pensamiento políticamente correcto” (Delgado, 2007, p. 40).

²² Otávio, 2015.

²³ Sociedade constituída pelas grandes empreiteiras Odebrecht, OAS e Carioca. Bom Dia Rio, 05.07.2017.

²⁴ Nogueira, 2020.

Soma-se a essas intervenções a demolição de dezenas de casas, com a remoção de famílias de moradores e destruição da praça da comunidade do morro da Providência para a implantação, em 2014, de um teleférico conectando a estação da Central do Brasil com a Gamboa, a um custo de R\$ 75 milhões, desativado após dois anos e parado até o presente²⁵.

Passados doze anos, as expectativas de transformação do Porto Maravilha para a zona portuária ainda não se concretizaram. O ambicionado *skyline* renovado e globalizado, recheado de edifícios esculturais, centro comercial²⁶ e de escritórios projetados por arquitetos icônicos não prosperou. Pouco menos de uma dezena²⁷ de edifícios comerciais foi erguida, os quais seguem com elevada taxa de vacância ou foram desativados²⁸. A promessa de transformar a área em um novo polo turístico tampouco logrou êxito²⁹, apesar da profunda requalificação dos espaços públicos, que contou com a renovação e abertura de grandes bulevares (Figura 2), praças, implantação de equipamentos culturais (o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio e o Aquário do Rio), bem como com a reforma dos antigos armazéns portuários (Figuras 2, 7 e 10).

O percurso de quase quatro quilômetros da Praça da Misericórdia, contornando o Morro de São Bento, passando pela Praça Mauá até a Praça Muhammad Ali (nº 7 na Figura 2), pavimentado em granito, com equipamentos culturais estrategicamente distribuídos, a despeito de sua beleza estética e visual, conta com um paisagismo e arborização incipientes, aparte e distantes dos espaços de circulação e de convívio³⁰.

²⁵ Tchao et al. 2022.

²⁶ *Diário do Porto*, 13.01.2020.

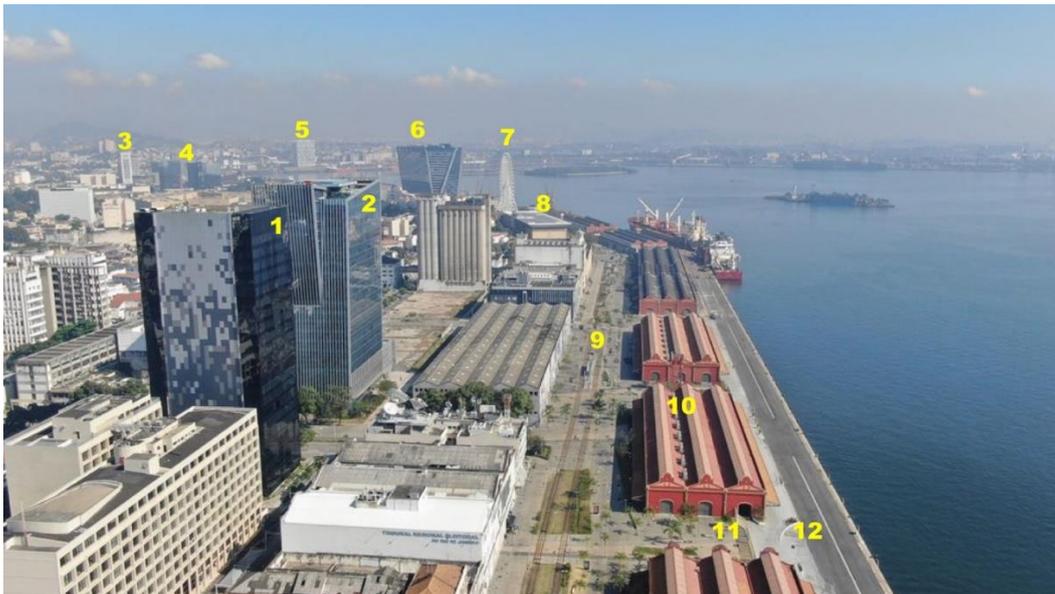
²⁷ Edifícios finalizados: Port Corporate, Nova L'Óreal, Vista Guanabara, Aqwa Corporate, Novo Cais, Hotel Intercity, Porto Atlântico, Praia Formosa e Porto 130. Fonte: <https://www.portomaravilha.com.br>

²⁸ Nascimento, 2018.

²⁹ ver a respeito Martins, 2017 e Monteiro, 2020.

³⁰ Cunha e Silva, 2015, Simas, Tarcsay e Rodrigues, 2019.

Figura 2. Foto Aérea do Bulevar Olímpico da Orla Conde, com cerca de 2 km de extensão



Fuente: <<https://portomaravilha.com.br>>

(1) Torre Nova L'Oréal, (2) Torre Vista Guanabara, (3) Praia Formosa - Holiday Inn (Fechada), (4) Complexo Porto Atlântico com Novotel, (5) Torre Port Corporate, (6) Torre Aqwa Corporate, (7) Rio-Star – Praça Muhammad Ali, (8) AquaRio, (9) Bulevar Olímpico com estação de VLT, (10) Armazéns Restaurados (Fechados), (11) Barreira de painéis de vidros temperados para impedir o acesso ao (12) passeio e frente marítima.

Os espaços públicos do Porto Maravilha assumem, assim, a configuração de um amplo e extenso corredor de circulação de pedestres inóspito e árido, por vezes delimitado com grades e desníveis (Figura 3 e 4), por vezes por painéis de vidro (Figura 6), destituído de serviços, de bebedouros e sanitários, com elementos de mobiliário hostil (Figuras 9, 10 e 11) parcamente distribuídos expostos ao sol, em patente desconsideração ao clima tropical do Rio de Janeiro, cujas temperaturas ultrapassam com facilidade os 40°C à sombra.

Essa situação se agrava no Bulevar Olímpico da Orla Conde, onde os armazéns restaurados, fechados ao público e alugados apenas para eventos privados, se constituem efetivamente em uma barreira física e visual para a frente marítima (Figura 2). Aí o espaço de circulação, ladeado em ambos lados por armazéns sem fachadas socialmente ativas e quase sem arborização, converte-se em um forno de convecção (ver Figuras 5, 7 e 8), uma vez que o calor do pavimento de granito, aquecido pelo sol inclemente, se irradia, se espelha e se reflete nas paredes dos armazéns restaurados. A isso se soma a interdição de acesso ao passeio marítimo por painéis de vidro temperado instalados entre os armazéns (Figura 6), que dificultam a circulação de ar e das brisas marinhas ao nível do solo.

Em meio ao amplo espaço inóspito do bulevar Olímpico encontram-se as estações de VLT, que contam com uma exígua cobertura, destinada a proteger as máquinas de bilhetagem (Figura 7 e 8), as quais com frequência encontram-se fora de ordem, o que obriga os usuários a caminharem até a próxima estação, sob o sol inclemente, ou sob a chuva.

A reabilitação urbana promovida no Porto Maravilha resultou em um extenso espaço público aberto e aparentemente acessível, porém, estritamente vigiado (Figura 3), concebido, pensado, projetado e equipado para orientar seus usuários a se dirigirem apenas a destinos pré-

estabelecidos e para atender a funções pré-definidas. Seu espaço não concede chance ao ócio puro e simples ou, mesmo, à possibilidade de se transitar a pé, flunar, vagar ou vagabundear sem destino, horas a fio, por não oferecer bancos confortáveis à sombra (Figura 5, 6, 7 e 8), bebedouros e, muito menos instalações sanitárias.

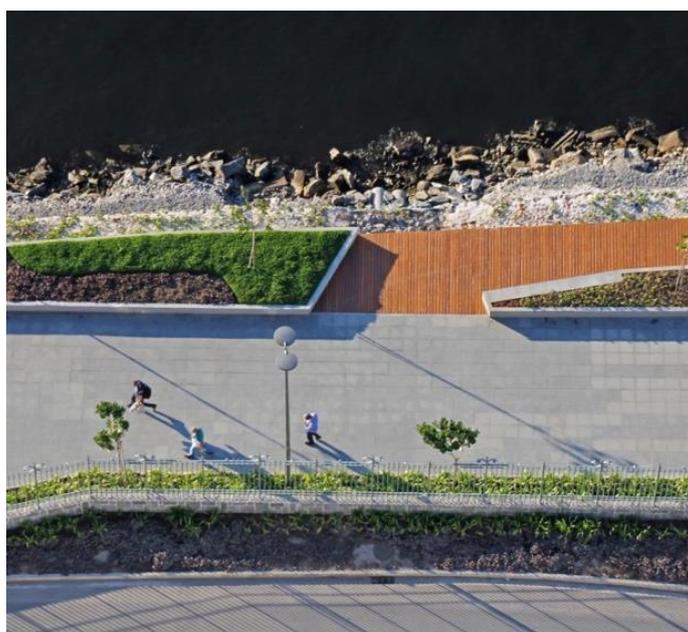
Figura 3. Grades dividindo o passeio, Orla Conde, defronte ao 1º Distrito Naval



Fonte: Foto Bruno Bartholini. CDURP, 2020

Em 1º plano dupla de policiais militares em ronda sob o sol inclemente. Ao fundo o Museu do Amanhã (projeto de Santiago Calatrava).

Figura 4. Aérea da Orla Conde 1º Distrito Naval



Fonte: CDURP, 2020

As grades ao longo do passeio, limitam o acesso dos transeuntes aos bancos e mesas dispostos do outro lado. Observar a ausência de arborização.

Figura 5. Panorâmica da Orla Conde

Fuente: <<https://portomaravilha.com.br>>

Ao centro trilhos do VLT, a esquerda Mural Etnias, à direita intervalo entre os armazéns (ver detalhe na Figura 6). Observar a amplitude dos bulevares, sem quiosques de bebidas, sem sanitários, abertos às intempéries e ao sol inclemente, onde as temperaturas no verão ultrapassam facilmente os 40°C.

Figura 6. Bloqueio à frente marítima com painéis de vidro

Fuente: Google Street View.

Orla Conde, Bulevar Olímpico. Imagem Capturada em março de 2021.

Figuras 7 e 8. Vista Aérea e Frontal da Orla Conde, Bulevar Olímpico, na altura do Mural Etnias



Fuente: Foto Bruno Bartholini, 09/08/2017, disponível em <<https://portomaravilha.com.br>> (Figura 7);
Google Street View captura março de 2021 (Figura 8).

Observar VLT parado na estação (acima da esquerda para a direita)

É um espaço pensado para se transitar, mas não para ficar, ou mesmo, relaxar e dormir, dotado ou de elementos de design hostil, ou de um paisagismo e arborização que não protegem do sol os espaços de convivência. Bancos de design premiado em concreto armado, instalados nas estações de VLT e nos mais diversos locais, contam com pequenos, elegantes e incômodos rebites de metal cromado distribuídos em suas bordas. Bancos de madeira em formato tradicional, apresentam assentos inclinados. Plataformas mais elevadas de madeira ou em alvenaria, assim como bancos mais tradicionais de madeira, contam com desníveis inclinados. (Figuras 9, 10 e 11).

A permanência aí vê-se limitada tanto pela capacidade de consumo dos usuários, quanto pela ausência de equipamentos e serviços acessíveis ao público em geral. O elevado custo dos ingressos³¹ do AquaRio e da roda gigante Rio-Star, bem como a falta de integração do VLT (veículos leves sobre trilhos) com outros modais de transporte tornam proibitivo seu uso e apropriação social. Por conseguinte, o desfrute desse espaço só é acessível aos que tem recursos para consumir e arcar com as passagens de seu VLT, ou aos que podem se deslocar de bicicleta, patins, patinetes ou skate.

³¹ Os ingressos do AquaRio e da Rio-Star custavam, respectivamente, R\$ 140,00 e R\$ 70,00, em março de 2022, equivalentes a US\$ 28 e US\$ 14.

Figuras 9 e 10 VLT e bancos de concreto com pequenos, elegantes e incômodos rebites de metal cromado distribuídos nas bordas do assento dos bancos. Orla Conde do Porto Maravilha. Projeto premiado Índio da Costa / Ótima



Fuente: <<https://metalcodobrasil.com.br/mobiliario-urbano/bancos-para-pracas-parques/>>

Figura 11. OpTree. (Iluminação fotovoltaica) defrente ao Museu do Amanhã. Observar os desníveis na base de madeira. P&D Metalco Bellitalia do Brasil



Fuente: <<https://metalcodobrasil.com.br/projetos-inovadores-de-paisagismo/arvore-fotovoltaica-optree/>>.

Entendemos, que o Porto Maravilha, dada a amplitude, extensão e diversidade de seus espaços, não se constitui tão somente em um espaço hostil, ou defensivo, mas em algo mais complexo. Desprovido de equipamentos públicos (sanitários, bebedouros, áreas de descanso e lazer, etc.) e de um mobiliário urbano (bancos, mesas, etc.) que permitam o seu usufruto e apropriação social sem ônus, trata-se de um espaço inóspito, árido tal qual um deserto, em termos de sua *Gestalt*. Sentimento que se fez presente em várias extensas e cansativas caminhadas realizadas por seus espaços públicos. Logo, apresenta-se como um espaço não-acolhedor para os transeuntes, pedestres, idosos, sem-teto ou mesmo desabilitados. Seus espaços públicos obstaculizam o ato cotidiano de caminhar, que daria forma e significado a esses espaços, por vezes distintos dos originalmente pretendidos³². E, informa não só por onde se pode circular e desfrutar, como também define as relações dos corpos e sujeitos sociais no espaço, pois conforme Pierre Bourdieu (2001) a ordem social está inscrita em nossos corpos através da relação dialética entre corpos e espaços, dos quais fazem parte os espaços do urbanismo inóspito.

O Porto Maravilha emerge, assim, como um simulacro de uma cidade do futuro, resultado de um urbanismo inóspito, que busca se colocar como uma resposta ao discurso do aparente caos urbano e da inviabilidade das metrópoles contemporâneas. Simulacro esse viabilizado pela parceria de diferentes capitais com o Estado na promoção e implementação da reabilitação de seus espaços.

Neoliberalização e Urbanismo Inóspito

O aprofundamento da neoliberalização tem afetado de forma direta as administrações municipais, as quais para reduzir seu dispêndio com espaços públicos não comerciais, que não geram receita, como parques e praças urbanas³³, transferem o ônus de manutenção dessas infraestruturas públicas e amenidades para o setor privado. Com isso, espaços públicos pretéritos estão a ter o seu uso cerceado e circunscrito a horários e comportamentos, quando não são privatizados, como é o caso de pequenas praças, largos, vias de pedestres, muros de contenção. Vis a vis, são favorecidos investimentos privados em áreas públicas, passíveis de renovação urbana e dotadas de potencial para gerar receitas para o poder público e lucros para o setor privado³⁴.

Promovem-se, assim, cada vez mais, soluções de caráter global transnacional para atrair corporações e empresas globais em diferentes contextos sócio-políticos. Articulam-se, em uma cumplicidade antiética e silenciosa, mediante parcerias público-privadas, o poder público, diferentes capitais e grandes escritórios de arquitetura e urbanismo, em empreendimentos vultosos que privilegiam as classes abastadas, por vezes às custas da erradicação espacial das habitações populares e de cunho social³⁵ e, inclusive, de espaços e artefatos da memória social recente, como ocorreu no Porto Maravilha³⁶, no Poble Nou em Barcelona³⁷ e em muitas outras cidades. Isto ocorre, em especial, em empreendimentos urbanos de grande escala, onde

³² De Certeau, 2014.

³³ Silva, Maciel, 2021, Smith, Walters, 2018.

³⁴ Banerjee, 2001, Harvey, 1989, Martins, 2017, Monteiro, 2020, Sanfelici, 2021, Smith, 1987.

³⁵ De Graaf, 2015.

³⁶ Martins, 2017; Monteiro, 2020.

³⁷ Mansilla López, 2018.

empresas globais são selecionadas por seu caráter icônico, em detrimento de empresas locais de menor porte³⁸.

Na contemporaneidade, obras de arquitetos icônicos globais emergem como expressões do poderio de suas cidades, assim como as catedrais, castelos e palácios do passado, demarcam lugares e se convertem em pré-requisitos para seu desenvolvimento e conquista de uma supremacia em um quadro de cidades globais³⁹. Nesse contexto grandes projetos urbanísticos de reabilitação urbana desempenham um papel estratégico para atender aos interesses do Estado e de diversos capitais. Embora essas propostas se apresentem enquanto expressão de movimentos de inovação e vanguarda, mostram um claro compromisso para com o poder econômico e determinadas classes sociais.

Setla Low e Neil Smith (2005) salientam o caráter invasivo de práticas excludentes, que levaram a inúmeros enclausuramentos, supressões, inundações e transfigurações do espaço público para atender a estratégias estatais e empresariais diversas. Apontam, ainda, que mesmo as lutas libertárias pela liberdade, igualdade e fraternidade, consagraram e mantiveram intocados os princípios de propriedade privada à custa de uma longa tradição de apropriação privada de terras comuns.

Em nome de uma pretensa modernidade e de um bem comum, arrasam-se quarteirões inteiros, remove-se a população residente, muitas vezes para destinos incertos, para implementar políticas de recuperação urbana direcionadas a converter as cidades em modernas mecas da arquitetura, do urbanismo e do planejamento com o fim de inseri-las “no mapa global”. Rugosidades⁴⁰, permanências⁴¹ e resquícios de práticas espaciais passadas, não consumíveis turisticamente, são destruídas e erradicadas. Espaços reabilitados soem ser ocupados por edificações e monumentos icônicos⁴², por torres brilhantes desconstruídas, que circunscrevem os espaços públicos renovados e criam uma imagem de limpeza, de segurança, de ordem social e progresso. A combinação espacial de edificações icônicas, de elementos de mobiliário urbano internacional, de signos e símbolos de expressão global contribui para tornar indistintos esses lugares. A escala de seus espaços livres e edificações, a homogeneidade visual da distribuição das edificações, o arranjo espacial das vias e das áreas verdes desses espaços privilegiados lhes confere um ar global limpo e despojado, onde tudo e qualquer coisa que destoe de seu *ethos* se torna evidente.

O resultado desse urbanismo inóspito são cidades com paisagens homogêneas e indistintas, destituídas de identidade e de memória. As quais, a despeito de seus ícones e marcos próprios, constituiriam, assim, mais uma expressão dos não-lugares⁴³, que obliteram a pertença e a formação de identidades sociais, onde os indivíduos não têm desejo ou capacidade de inscrever-se⁴⁴. Ao obliterar a possibilidade de apropriação social do espaço público, o capital e o Estado realizam uma perversão, em que espaços produzidos originalmente como valores de uso convertem-se em objeto de consumo, através das estratégias de reprodução de diferentes capitais articulados ao capital imobiliário e à indústria do turismo. Passa-se, assim, do consumo

³⁸ Sklair, 2005, Smith, Walters, 2018.

³⁹ Gospodini, 2002.

⁴⁰ Santos, 1996.

⁴¹ Pesavento, 2007.

⁴² Sklair, 2005.

⁴³ Augé, 1994.

⁴⁴ Deleuze, Guattari, 2011.

no espaço ao consumo do espaço⁴⁵, em que as possibilidades de lucro passam a ditar e reger a sua produção⁴⁶. Cidadãos são transformados em consumidores. Para o consumo seletivo do espaço, produzem-se amplas praças, parques e avenidas dotadas de uma pretensa urbanidade e civilidade, que lhes confere um falso sentido comunitário entre iguais. Por sua posição de classe, condição de existência e de vida, sujeitos sociais diversos com práticas espaciais distintas são expurgados, invisibilizados e alienados do uso e da apropriação social desses espaços tornados mercadoria⁴⁷. A vida social cotidiana tende a ser subjugada a essa mercantilização, com a aniquilação das possibilidades de apropriação social.

Sob o signo da neoliberalização os espaços públicos excluem sem oferecer alternativas. Uma vez que o entusiasmo do setor público com parcerias privadas em relação à gestão e recuperação dos espaços públicos tem contribuído para convertê-los em meros lugares de passagem. Embora abertos a todos, propiciam o distanciamento social e a realização de um *ethos* urbano privado exclusivo, limpo e depurado de pobreza. Aqueles que não conseguem se adaptar, podem optar por evitar esses espaços, dado o risco de violência simbólica manifesta através da moda, das exibições de riqueza, e de outras demonstrações de pertença⁴⁸.

Aí não há mais abrigo para o encontro, a festa e mesmo o protesto. Despojados de seu caráter urbano e de sua sociabilidade, esses espaços públicos se tornam desérticos, perdem a urbanidade construída historicamente. Esvai-se a urbanidade, à medida em que o espaço abstrato do capital e do Estado tomam conta dos espaços públicos e os conformam às suas necessidades e à sua feição. Dissipa-se a urbanidade construída lenta e espaço-temporalmente pelas práticas espaciais cotidianas, a partir da produção de valores de uso social. Uma urbanidade que carrega em si a marcação espacial de identidades, pertencimentos, compartilhamentos e representações coletivas.

A reabilitação promovida por esse urbanismo inóspito gera espaços públicos, que embora sejam coalhados de obras icônicas de arquitetos estelares, são desprovidos de qualquer identidade espacial e temporal. Esses espaços destituídos de urbanidade, da diversidade, da festa e do encontro se constituiriam em espaços mortos, sem vida social.

À ampliação física dos espaços públicos, promovida pelo urbanismo inóspito, opõe-se a retração de sua apropriação social, como lugares de possibilidade da ação e lugar da política. Trata-se conforme Henri Lefebvre (1991) de um movimento hegemônico conduzido pelo capital e pelo Estado para garantir a reprodução de um espaço abstrato, aparentemente cada vez mais homogêneo. A crescente subsunção do espaço social às lógicas de reprodução e controle hegemônicas esmaga e inviabiliza sua apropriação social enquanto valor de uso. Contribui, assim, para aniquilar formas pretéritas de reprodução e cancelar o futuro. Urge, portanto, encontrar formas de burlar o controle e imposições do urbanismo inóspito, dos artefatos do design hostil e da arquitetura defensiva.

Coloca-se, em pauta, então como resgatar o espaço público? Como resgatar o sentido da cidade enquanto obra e valor de uso?

⁴⁵ Lefebvre, 1969.

⁴⁶ Lefebvre, 1991.

⁴⁷ Autor, 2017.

⁴⁸ Bourdieu, Wacquant, 2005.

Para superar o Urbanismo Inóspito

Há alguns anos diversos autores⁴⁹ e ativistas de urbanismo tático⁵⁰ e de guerrilha têm se mobilizado contra o que veio a ser caracterizado como arquitetura defensiva, ou ainda design hostil, entendidos como edificações e artefatos urbanos projetados com a finalidade de excluir e obstaculizar a apropriação social alternativa, ou ainda alijar e remover certos grupos e práticas sociais do espaço público. Não obstante, tanto o urbanismo tático quanto o de guerrilha constituam formas de resistência e meios para construir futuros alternativos, não são a mesma coisa. Para Jeffrey Hou⁵¹ (2020, p.124) o primeiro teria por base uma apropriação não sancionada do repertório de atores institucionais e de profissionais de planejamento, urbanismo e desenho urbano, enquanto o segundo representaria um rompimento e um desafio a esses repertórios e ao *status quo*. Para efeitos de nossa abordagem, diferenciamos o urbanismo tático do de guerrilha, entendendo o primeiro como ações e/ou atividades mediadas ou não por instituições que se insurgem contra a ordem existente. Ao passo que o de guerrilha tem por meta subverter o existente⁵², para se contrapor e desconstruir o urbanismo inóspito e resgatar a urbanidade e sociabilidade dos espaços públicos (Figura 12).

O enfrentamento dessas supressões requer uma permanente mobilização da consciência para escapar da indiferença social e da reificação impostas pelo ritmo da produção de mercadorias⁵³. Nesse sentido, artistas plásticos e designers, de vários lugares, têm-se mobilizado em ações de urbanismo tático e de guerrilha para resgatar a apropriação social de espaços urbanos inóspitos. Espaços concebidos para manter os sem-teto longe e para evitar que as pessoas se sintam confortáveis, recebem intervenções para torná-los agradáveis, confortáveis, lúdicos, de lazer e de prática de esportes. Para tanto se valem das infraestruturas pré-existentes, como paradas de ônibus (Figuras 12a, b, c), árvores, grades, postes e totens de sinalização, escadarias (ver Figuras 12a-i) e inclusive cabines telefônicas e contêineres de lixo.

⁴⁹ Low, Smith, 2005, Madden, 2010, Mitchell, 2014.

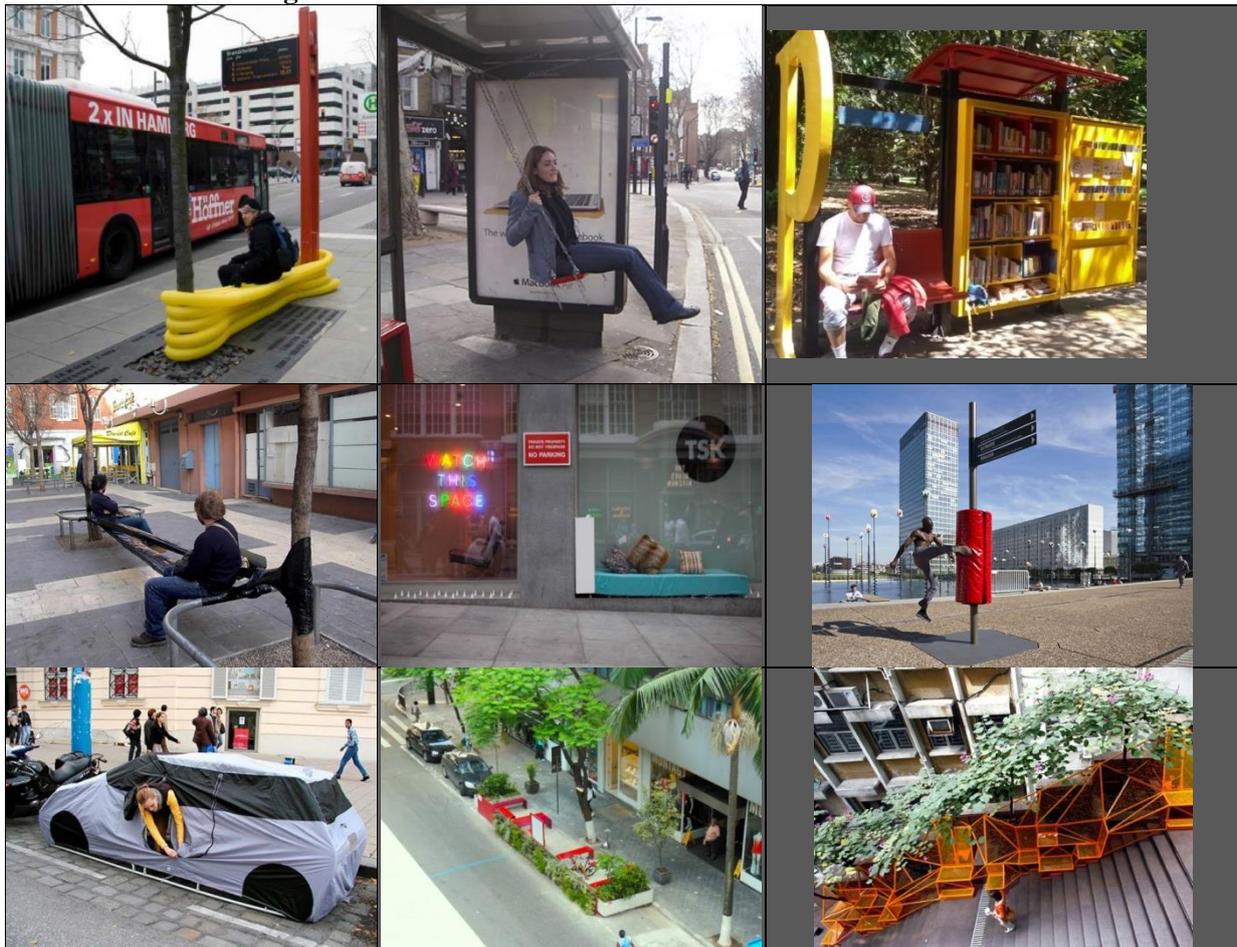
⁵⁰ Rogers, 2012, <https://hostiledesign.org>

⁵¹ Ver também Hou, 2010.

⁵² Randolph, 2007.

⁵³ Benjamin, 1992.

Figuras 12a-i. Casos de Urbanismo Tático e de Guerrilha



Da esquerda para a direita, de cima para baixo

12a: Urbanismo de Guerrilha • Hamburgo (Alemanha) Bancos e sofás com tubulações plásticas coloridas e flexíveis acopladas a instalações existentes. Projeto móvel arrojado de guerrilha, de Oliver Show, premiado pela Fundação Leinemann para Educação e Artes (HFBK) (Rogers, 06.03.2012, p.1).

12b: Urbanismo de Guerrilha • Londres (Inglaterra) Instalação de balanços em paradas de ônibus. Designer Bruno Taylor (Rogers, 06.01.2012, p.1)

12c: Institucional • Bogotá (Colômbia) tem 95 PPP (Paraderos, Paralibros, Paraparcos) espaços de diálogo e encontro com livros em parques e de todas localidades. Cada PPP tem mais de 300 livros para empréstimo grátis. Conta também com Biblioestações em Paradas dos ônibus rápidos Transmilenio.

<<https://www.bibliored.gov.co/visita>>

12d: Urbanismo de Guerrilha • Várias cidades (França e Itália) Plásticos usados para embalar e selar cargas, presos e esticados em sinais de rua, suportes de bicicletas, árvores e outros objetos urbanos para criar mobiliário urbano (Cedric Bernadotte) (Rogers, 30.11.2016, p.2).

12e: Urbanismo de Guerrilha • Londres (Inglaterra) Sofá e Estante de livros sobre espigões metálicos, travestindo o design hostil em espaços amigáveis e confortáveis.

<<https://betterthanspikes.tumblr.com/post/124311489850/160715>>

12f: Urbanismo Tático • Paris (França) projeto *Mens Sana in Corpore Sano* de Florian Brillet e Nicolas Lelievre, anexa equipamentos esportivos ao mobiliário existente (Rogers, 30.11.2016, p.2).

12g: Urbanismo de Guerrilha • Chicago (Estados Unidos). Projeto de Michael Rakowitz. Tenda na forma de automóvel para ocupar vaga de estacionamento. <<https://www.awesomeinventions.com/car-shaped-tent-urban-camping/>>.

12h: Urbanismo Tático • São Paulo (Brasil). Área de convivência ocupando vagas de estacionamentos (São Paulo) (Rogers, S.A., 17.09.2014).

12i: Urbanismo Tático • Hong-Kong (China). Projeto Cascata do Edge Design Institute, criação de mini-parque em uma extensa escadaria pouco usada, com a instalação de estrutura metálica com assentos e uma cornucópia de plantas (Rogers, 30.11.2016, p.1)

Ao destacar o caráter inóspito do espaço abstrato do capital, o urbanismo de guerrilha, bem como o tático, ressalta as contenções e desafios impostos à vida cotidiana de diferentes grupos sociais. E, a um só tempo, desnuda os limites da ação institucional e revela o poder da ação social em resistir e buscar construir futuros alternativos. Suas manifestações e realizações congregam, destarte, distintas formas de resistência e de contestação à desumanização do espaço social, bem como de enfrentamento das vicissitudes, conflitos e contradições da vida urbana sob o signo da neoliberalização. Suas manifestações, efêmeras⁵⁴ ou perenes, usualmente não sancionadas, podem ser entendidas tanto como estratégias de sobrevivência⁵⁵, quanto como ativismos políticos⁵⁶ e ações alternativas de resgate do valor de uso social do espaço. Ou, ainda, como formas de resistência às práticas hegemônicas que buscam subsumir tudo e todos ao espaço abstrato do capital.

É mister retomar a urbanidade e a sociabilidade. Um passo nesse sentido é a apropriação e modificação social de artefatos de arquitetura hostil e de design defensivo, como vem sendo feito em diversos lugares do mundo por artistas e designers, que transformam esses objetos em artefatos lúdicos, culturais e esportivos, transmutando espaços públicos inóspitos em espaços confortáveis e acolhedores. As ações do urbanismo tático e de guerrilha, por seu caráter disruptivo, têm a capacidade potencial de se imiscuir nas praças e nos espaços públicos circundados por edifícios corporativos, órgãos institucionais, hotéis e shopping centers.

Cabe ter em mente, que para mudar faz-se imperativo ações que subvertam a ordem precípua do arranjo dos espaços públicos extensos e homogêneos, que permitam a emergência de formas não-codificáveis e não-institucionalizáveis de ocupação de espaços públicos, ou de espaços residuais, ocultos ao olhar do público como lotes vazios ou muros ao longo das vias de comunicação. Toda e qualquer ação social em espaços públicos controlados se constitui em um ato moral e político. As sementes da mudança, de visões alternativas da utilização racional destes espaços só podem ser plantadas e cultivadas como formas de resistência ao controle corporativo e estatal, com apelos a justiça territorial.

A possibilidade de uma outra sociabilidade residiria na construção de novas marcações e espacialidades, na produção de uma outra imagem urbana com potencial de combater o sentido de alienação e de anomia, e de inclusive contribuir para criar um sentido de acolhimento e pertencimento social. Em um mundo que o capital trata mais e mais como sem lugar, sem memória e sem identidade, o resgate da sociabilidade e da urbanidade emerge como arena de negociação cultural de identidades em marcações socioespaciais.

Da mesma forma, que as ações do urbanismo tático e de guerrilha, manifestações políticas, artísticas, *flash mobs*, raves, protestos, *graffitis* também se configuram como atos políticos, como expressões do desejo de uma outra sociedade⁵⁷, como formas de conceber um novo espaço social, pleno de desejos⁵⁸.

Urge, pois considerar a construção do desejo no campo das subjetividades coletivas, mesmo quando vivenciadas na individualidade, no âmbito da materialidade social e histórica. O potencial para tal estaria nas diferentes formas de apropriação social do espaço público,

⁵⁴ Peran *et al.*, 2009.

⁵⁵ Kowarick, 1979.

⁵⁶ Sager, 2021.

⁵⁷ Limonad, Barbosa, 2017.

⁵⁸ Benjamin, 1992.

socializado, enquanto demonstrações do desejo exercido socialmente, não apenas como uma resposta à ausência de coisas, mas como força produtiva que pode e cria os seus próprios objetos⁵⁹.

A possibilidade de mudança residiria em buscar romper, ainda que de forma momentânea, as rotinas alienantes do cotidiano, momento em que algo é apreendido⁶⁰. Trata-se de acirrar a tensão entre as representações hegemônicas e as práticas espaciais subordinadas na perspectiva de retomada da cidade, enquanto valor de uso. Abre-se, assim, como objeto de reflexão e da *práxis* social em experimentação não apenas identificar essas práticas espaciais e ações políticas, mas refletir sobre seu caráter e suas especificidades, para superar concepções hegemônicas enviesadas, que soem caracterizá-las como transgressões por infringirem as normas vigentes.

Podem ser entendidas como uma contestação às propostas urbanísticas de regulação do uso e ocupação do espaço público. Um espaço público, que em nome de um pretense interesse público, vago e geral, se subordina mais e mais aos interesses hegemônicos. Ou seja, essas manifestações podem e devem ser interpretadas como atos políticos de resistência aos avanços do urbanismo inóspito, como uma expressão dos espaços de representação social, que reescrevem os espaços públicos enquanto espaços de encontro, de resgate da solidariedade e da urbanidade, da cidade enquanto obra e valor de uso social.

Referências

ANDREOU, Alex. Anti-homeless spikes: ‘Sleeping rough opened my eyes to the city’s barbed cruelty’. *The Guardian*, 18.02.2015 <https://www.theguardian.com/society/2015/feb/18/defensive-architecture-keeps-poverty-unden-and-makes-us-more-hostile?CMP=fb_gu>.

AUGÉ, Marc. *Não Lugares*. Campinas: Papirus, 1994.

BANERJEE, Tridib. The future of public space: Beyond invented streets and reinvented places. *Journal of the American Planning Association*, 2001, 67 (1), p. 9–24 <<https://doi.org/10.1080/01944360108976352>>.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Bom Dia Rio.G1. Prefeitura reassume operação do Porto Maravilha, 05.07.2017 <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/prefeitura-assume-manutencao-do-porto-maravilha-a-partir-desta-quarta.ghtml>>.

BOURDIEU Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

⁵⁹ Deleuze, Guattari, 2011.

⁶⁰ Lefebvre, 1991.

BOURDIEU Pierre. WACQUANT L. *Um convite à Sociologia Reflexiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

CAPEL, Horacio. *EL Modelo Barcelona*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005.

CAPEL, Horacio. La forma urbana en la sociedad post-capitalista. *Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. XXI, nº 1.177, 2016 <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1177.pdf>>.

CARLOS, Ana Fani A.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel A. Pinto (org.) *A Cidade como Negócio*. São Paulo: Contexto, 2019.

CDURP (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro). Porto Maravilha. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 2020 <<https://portomaravilha.com.br/conteudo/portomaravilha/2020portomaravilha.pdf?t=1585679460>>.

CHELLEW, Cara. Defending Suburbia: Exploring the use of defensive urban design outside of the city centre. *Canadian Journal of Urban Research*, 2019, 28, p.19–33 <<https://cjur.uwinnipeg.ca/index.php/cjur/article/view/164>>.

CHELLEW, Cara. Design paranoia. *Ontario Planning Journal*, 2016, 31(5), p. 18–20.

CUNHA E SILVA, Luis Felipe. A nova Praça Mauá e o Museu do Amanhã. Santiago Calatrava no Rio de Janeiro. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 16, n. 182.07, Vitruvius, set. 2015 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.182/5708>>.

D’OTTAVIANO, Camila. Moradia, emergência e resistência. In LIMONAD, E.; MONTEIRO, J. C.; MANSILLA, P. (Org.). *Planejamento Territorial: reflexões críticas e práticas alternativas*. São Paulo: Max Limonad, 2021, p.100-130.

DAVIS, Mike. *Cidade de Quartzo*. São Paulo: Boitempo, 2009.

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2014.

DE FINE LICHT, Karl. Hostile urban architecture: A critical discussion of the seemingly offensive art of keeping people away. *Etikk I Praksis: Nordic Journal of Applied Ethics*, 2017, 2, p. 27–44 <<https://doi.org/10.5324/eip.v11i2.2052>>.

DE GRAAF, Reinier. ‘Architecture is now a tool of capital, complicit in a purpose antithetical to its social mission’. *The Architectural Review*, 24.04.2015 <<https://www.architectural-review.com/essays/architecture-is-now-a-tool-of-capital-complicit-in-a-purpose-antithetical-to-its-social-mission>>.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Édipo*. São Paulo: Ed.34, 2011.

DELGADO, Manuel. *La ciudad mentirosa. Fraude y miseria del "modelo Barcelona"*. Madrid: Los libros de la Catarata, 2007, 242 p.

Diário do Porto. Moinho Fluminense entra em 2020 sem futuro definido, 13.01.2020 <<https://diariodoporto.com.br/futuro-do-moinho-fluminense-comeca-2020-incerto/>>.

DOHERTY Joe *et al.* Homelessness and exclusion: Regulating public space in European cities. *Surveillance & Society*, 2008, 5(3), pp. 290–314 <<https://doi.org/10.24908/ss.v5i3.3425>>.

GIGLIA, Angela. Espacios públicos, sociabilidad y orden urbano. Algunas reflexiones desde la Ciudad de México sobre el auge de las políticas de revitalización urbana. *Cuestión Urbana*, 2 (2), 2017 <http://cec.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/15/2017/10/05_Giglia.pdf>.

GOSPODINI, Aspa. European cities in competition and the new ‘uses’ of urban design. *Journal of Urban Design*, 2002, 7(1), p. 59-73 <<https://doi.org/10.1080/13574800220129231>>.

HARVEY, David. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism, *Geografiska Annaler B*, 1989, 71 (1), p. 3–17 <<https://doi.org/10.2307/490503>>.

HOU, Jeffrey. Guerrilla urbanism: urban design and the practices of resistance. *Urban Design International*, 2020, 25, p.117–125 <<https://doi.org/10.1057/s41289-020-00118-6>>.

HOU, Jeffrey. (ed.). *Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities*. London and New York: Routledge, 2010.

HU, Winnie. "'Hostile Architecture': How Public Spaces Keep the Public Out". *The New York Times*, (8.11.2019) <<https://www.nytimes.com/2019/11/08/nyregion/hostile-architecture-nyc.html>>.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Blackwell, 1991.

LIMONAD, Ester; BARBOSA, Jorge Luiz. Why don't we do it in the road?. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, 2017, vol. XXII, .1197. <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1197.pdf>>

LOW, Setla; SMITH, Neil (ed.) *The Politics of Space*. New York: Routledge, 2005.

MADDEN, D.J. Revisiting the end of public space: Assembling the public in an urban park. *City & Community*, 2010, 9(2), p. 187–207 <<https://doi.org/10.1111%2Fj.1540-6040.2010.01321.x>>.

MANSILLA LÓPEZ, José A. Asaltar los suelos. La privatización del espacio público como distopía urbana en el barrio del Poblenou, Barcelona. *Biblio3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 de noviembre de 2018, vol. XXIII, nº 1.255 <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1255.pdf>>.

MARTINS, Renato Domingues F. *Processos decisórios no Projeto Porto Maravilha: uma experiência de empreendedorismo urbano na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Geografia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.

MAXWELL, Kerry. Buzzword: Hostile architecture. *Macmillan Online Dictionary*, 2014 <<http://www.macmillandictionary.com/us/buzzword/entries/hostile-architecture.html>>.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2016, 18 (3), p. 363-377 <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p363>>.

MITCHELL, Don. The end of public space? People's park, definitions of the public and democracy. *Annals of the Association of American Geographers*, 1995, 85(1), p. 108–133 <<https://doi.org/10.1111/j.1467-8306.1995.tb01797.x>>.

MITCHELL, Don. *The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space*. New York: Guilford, 2014.

MITCHELL, Don; STAEHELI Lynn. Clean and safe? Property redevelopment, public space and homelessness in downtown San Diego. In LOW S.; SMITH N. (ed.) *The Politics of Public Space*. New York: Routledge, 2005, p. 143–175.

MONTEIRO, João Carlos. *Uma Dubai cercada de Calcutá?, estratégias discursivas da neoliberalização na produção do espaço*. Tese de Doutorado em Geografia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020.

MORTON, Ella. The subtle design features that make cities feel more hostile. *Atlas Obscura*. 05.05.2016 <<https://www.atlasobscura.com/articles/the-subtle-design-features-that-make-cities-feel-more-hostile>>.

NASCIMENTO, Rafael. Zona portuária sofre com abandono após período de revitalização. *O Dia*, 14. 05. 2018 <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/05/5539206-zona-portuaria-sofre-com-abandono-apos-periodo-de-revitalizacao.html>>.

NOGUEIRA, Italo. Caixa diz que Porto Maravilha era inviável desde o início. *Folha de São Paulo*, 04.06.2020 <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/apos-prejuizo-bilionario-ao-fgts-caixa-diz-que-revitalizacao-do-porto-do-rio-e-inviavel.shtml>>.

OTÁVIO, Chico. Cunha é investigado por suspeita de propina em obras do Porto Maravilha. *O Globo*, 16.12. 2015 <<https://oglobo.globo.com/politica/cunha-investigado-por-suspeita-de-propina-em-financiamento-concedido-pela-caixa-18312897>>.

PERAN, Martí. *Post-it City: Ciudades ocasionales / Cidades ocasionais / Occasional Urbanities*. Barcelona: Turner, 2009. 272 p.

PESAVENTO, Sandra J. História, memória e centralidade urbana. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2007 <<https://doi.org/10.4000/nuevomundo.3212>>.

QUINN, Benn. Anti-homeless spikes are part of a wider phenomenon of 'hostile architecture'. *The Guardian*, 13.06.2014 <<https://www.theguardian.com/artanddesign/2014/jun/13/anti-homeless-spiques-hostile-architecture>>.

RANDOLPH, Rainer. Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretores no Brasil. Actas del IX Coloquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre. 2007 <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/rainer.htm>>.

ROGERS, S.A. Occupy Parking Spots: 15 Projects Reclaiming the Streets. *Web Urbanist: Architecture, Art, Design & Built Environments*, 17.09.2014 <<https://weburbanist.com/2014/09/17/occupy-parking-spots-15-projects-reclaiming-the-streets/>>.

ROGERS, S.A. Occupy Urban Spaces: 10 Guerrilla Modifications to City Infrastructure. *Web Urbanist: Architecture, Art, Design & Built Environments*, 30.11.2016 <<https://weburbanist.com/2016/11/30/occupy-urban-spaces-10-guerrilla-modifications-to-city-infrastructure/>>.

ROGERS, S.A. Street Seats for the People: Bold Guerrilla Furniture. *Web Urbanist: Architecture, Art, Design & Built Environments*, 06.03.2012 <<https://weburbanist.com/2012/03/06/street-seats-for-the-people-bold-guerrilla-furniture/>>.

ROGERS, S.A. The Swings of Things: 15 Daring Swing Set Designs. *Web Urbanist: Architecture, Art, Design & Built Environments*, 06.01.2012 <<https://weburbanist.com/2012/01/06/the-swings-of-things-15-daring-swing-set-designs/>>.

SAGER, Tore. Planejamento Ativista: uma resposta aos males do neoliberalismo? In LIMONAD, E., MONTEIRO, J. C., MANSILLA, P. (Org.). *Planejamento Territorial: reflexões críticas e práticas alternativas*. São Paulo: Max Limonad, 2021, p. 136-162.

SANFELICI, Daniel. Políticas de distritos criativos e regeneração urbana: uma breve avaliação crítica. In LIMONAD, E., MONTEIRO, J. C., MANSILLA, P. (Org.). *Planejamento Territorial: reflexões críticas e práticas alternativas*. São Paulo: Max Limonad, 2021, p. 83-99.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Loyola, 1996.

SCHINDLER, Sarah. Architectural exclusion: Discrimination and segregation through physical design of the built environment. *The Yale Law Journal*, 2015, vol. 124, n. 6, p. 1937–202. <<https://www.yalelawjournal.org/article/architectural-exclusion>>.

SILVA, Fabiana F.A.; MACIEL, Lidiane M. “Decolonizando” o planejamento: a experiência dos conflitos urbanos em cidades latino-americanas. In LIMONAD, E., MONTEIRO, J. C., MANSILLA, P. (Org.). *Planejamento Territorial: reflexões críticas e perspectivas*. São Paulo: Max Limonad, 2021, p. 185-219.

SIMAS, T.B.; TARCSAY, A.F.; RODRIGUES, A.C.R. City marketing, a Orla Conde e o (des)acordo do espaço público. *Anais do XVIII ENANPUR*, Natal, 2019.

SKLAIR, Leslie. The Transnational Capitalist Class and Contemporary Architecture in Globalizing Cities. *International Journal of Urban and Regional Research*, 2005, 29 (3), p. 485-500 <<https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2005.00601.x>>.

SMITH, Neil. Gentrification and the Rent Gap. *Annals of the Association of American Geographers*, 1987, 77 (3), p. 462-465 <<https://www.jstor.org/stable/i323933>>.

SMITH, Naomi.; WALTERS, Peter. Desire lines and defensive architecture in modern urban environments. *Urban Studies*, 2018, 55(13), p. 2980–2995 <<https://doi.org/10.1177%2F0042098017732690>>.

SOUZA, Eduardo; PEREIRA, Matheus. Arquitetura hostil: A cidade é para todos? *ArchDaily Brasil*, 8.02.2018 <<https://www.archdaily.com.br/br/888722/arquitetura-hostil-a-cidade-e-para-todos>>.

SWAIN, Frank. Secret city design tricks manipulate your behaviour. *BBC*, 2.12.2013 <<https://www.bbc.com/future/article/20131202-dirty-tricks-of-city-design>>.

TCHAO, Eduardo; BONACCHI, Jorge; COLAFRANCESCHI, Raissa. Moradores do Morro da Providência, no Centro, sofrem com fechamento do teleférico há cinco anos. *GI, o Globo*, 08/02/2022 <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/08/teleferico-do-morro-da-providencia-no-centro-fechado-cinco-anos.ghtml>>.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

WALLACE, Elizabeth. What's Behind the Uptick in Hostile Architecture?. *Architectural Digest*. 2018 <<https://www.architecturaldigest.com/story/hostile-architecture>>.

Ficha bibliográfica:

LIMONAD, Ester. Contra o Urbanismo Inóspito. Desconstruindo o Porto Maravilha. *Ar@cne. Revista Electrónica de Recursos de Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de abril de 2022, vol. XXVI, nº 265. DOI: <https://doi.org/10.1344/ara2022.265.39293>